

MEU ARMAZEM, MINHA VIDA

***Roberto Rodrigues**

Estamos em plena colheita da safra de verão do centro-sul do país e, como todo mundo sabia, o problema logístico se agravou com a grande produção de grãos, ainda estimada em 185 milhões de toneladas.

O tema é bastante conhecido, e as limitações quanto à insuficiência de rodovias, ferrovias e portos têm sido objeto de centenas de eventos organizados por instituições ligadas ao agronegócio. O projeto de Parceria Público Privado lançado no ano passado pelo Governo Brasileiro não decolou ainda porque os investidores não foram atraídos pelo horizonte de retorno, considerado muito baixo dados os prazos e carências estabelecidos. Mas, diante disso, o governo vem se movimentando para oferecer melhores condições para o payback dos investimentos e espera-se que o resultado das novas condições seja positivo, atraindo capitais para estas áreas.

Mas há um outro tema que não tem sido muito destacado na questão da infraestrutura, que é a armazenagem, elemento chave para o agronegócio.

De acordo com a FAO, um país deve ter capacidade de armazenar até 120% da sua safra. Ora, se nossa colheita chegar mesmo a 185 milhões de toneladas, deveríamos ter uma rede de armazéns para guardar 222 milhões de toneladas. No entanto, nossa rede privada e pública chega a apenas 145 milhões, o que nos dá um déficit de 77 milhões de toneladas!

Este problema é agravado nos grandes estados produtores, como o Mato Grosso, onde o crescimento das colheitas foi muito grande em poucos anos. Só lá o déficit de armazenagem superará 10 milhões de toneladas em 2013.

E ainda que as cooperativas agropecuárias - e mesmo os grandes produtores - corram contra o tempo para aumentar sua capacidade estática, não vai dar tempo para resolver este desequilíbrio para a safra em andamento.

E tem mais: uma colheita muito grande e concentrada em pouco tempo vai trazer dor de cabeça aos produtores no transporte. A nova legislação sobre o mínimo de horas que os caminhoneiros podem trabalhar vai reduzir a oferta de transportadores e encarecer os custos.

Portanto, embora os preços das principais commodities estejam atraentes, os custos de transporte e armazenagem, reduzir as margens finais.

E isso remete a um outro tema recorrente.

O modelo de crescimento adotado pelo Brasil nos últimos anos foi baseado no consumo. E vem dando certo, inclusive com os programas sociais do tipo Bolsa Família: o consumo cresceu e isso impulsionou a produção de produtos básicos como alimentos, gerando mais empregos rurais e urbanos (em distribuição e embalagem, por exemplo), aumentando a massa salarial em geral, sustentando assim a produção industrial de bens de consumo. É conhecido o dado segundo o qual mais de 30 milhões de brasileiros saíram da classe D para a classe C, integrando o novo mercado consumidor do país.

No entanto, pelas mais diversas razões – câmbio, taxa de juros, tributação, concorrência da China, entre outros – a indústria brasileira não conseguiu atender a toda esta explosiva demanda, que acabou sustentada pelas importações. Neste cenário, mesmo os milhares de empregos gerados pelo modelo não são os mais bem remunerados. A massa salarial cresceu, mas os salários não são altos, inclusive porque não preparamos adequadamente a mão-de-obra. Segundo alguns economistas, o modelo não se sustenta e, em algum momento no futuro, pode dar um reverterio perigoso para a economia.

É preciso mudar o modelo, e a base para isso não pode ser apenas o consumo. É fundamental promover investimentos em todos os campos. Programas como o “Minha Casa Minha Vida” são excelentes nesta direção, mas insuficientes.

Está passando da hora de montar o “Meu armazém minha vida”, “Meu porto minha vida”, “Minha estrada minha vida”.

Aí sim, teremos um projeto sustentável e equilibrado de desenvolvimento urbano e rural, inclusive podendo oferecer aos consumidores brasileiros – e estrangeiros – produtos cada vez mais competitivos.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo**